



PREFEITURA MUNICIPAL

SANTANA DO ITARARÉ

LEI N.º. 021/2016

SÚMULA: "AUTORIZA A PERMUTA DE IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ITARARÉ APROVOU E EU JOSÉ DE JESUS IZAC, PREFEITO DO MUNICÍPIO SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar 02 lotes de propriedade do Município de Santana do Itararé, Estado do Paraná, situados no perímetro urbano, objetos da matrícula n.º 3.422 do C.R.I. da Comarca de Wenceslau Braz/PR, os quais possuem área de 240,00 m² cada, com o imóvel objeto da matrícula n.º 6.858 do C.R.I. da Comarca de Wenceslau Braz/PR, com área de 3.603,63 m² de propriedade do Sr. Odovaldo de Paula Bérغامo e sua esposa, necessários para continuidade dos serviços de revitalização do Lago Municipal, conforme proposta SICONV n.º 095080/2010 MTUR CAIXA, Convênio 754975/2010 – Revitalização e Recuperação do Terminal Turístico do Lago do Contorno.

Parágrafo Único: Os imóveis públicos a serem permutados estão denominados como sendo os lotes 01 e 03 da quadra 04, no "Loteamento Maluf".

Art. 2º. Autorizada a permuta, o Município deverá pagar todos os custos do desmembramento, bem como anistiar o ITBI, devido pelo contribuinte.

Art. 3º. A descrição do imóvel, o qual o Município receberá em permuta, se encontra no mapa e matrícula anexa.

Art. 4º. Fica o Município de Santana do Itararé, autorizado a desafetar de sua finalidade o imóvel objeto da matrícula n.º 3.422 do Cartório de Registro de Imóveis de Wenceslau Braz/PR de propriedade do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL

SANTANA DO ITARARÉ

Parágrafo Único. Os memoriais descritivos das áreas a serem permutadas constarão no corpo da escritura pública de permuta.

Art. 5º. A área a ser dada em permuta pelo Município na forma desta Lei foi avaliada em R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), conforme laudos de avaliação emitidos pela Comissão de Avaliação da Prefeitura do Município.

Art. 6º. A área a ser recebida em permuta pelo Município foi avaliada em R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), conforme laudos de avaliação emitidos pela Comissão de Avaliação da Prefeitura do Município.

Art. 7º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM 04 DE MAIO DE 2016.

JOSÉ DE JESUS IZAC
Prefeito Municipal